



Mestrado Profissionalizante 2014-2015

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO (TURMA A)

PROF. DOUTOR JOÃO MIRANDA

Sumário

A disciplina de Contencioso Administrativo tem como objeto o estudo do Direito Processual Administrativo e reveste-se no ano letivo de 2014/2015 da maior relevância teórica e prática, uma vez que se anuncia para breve a reforma do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Acresce que o surgimento do novo Código do Procedimento Administrativo ocorrerá num curto espaço de tempo, atendendo a que já foi publicada a Lei n.º. 42/2014, de 11 de julho, que concede autorização legislativa ao Governo para aprovar esse Código.

Também o novo Código de Processo Civil, entrado em vigor em setembro de 2013, não se deixará de refletir nas soluções a plasmar nas leis processuais administrativas, seguindo a tendência geral de aproximação do processo administrativo ao processo civil.

Naturalmente, o programa da disciplina não poderia ser indiferente a tão significativos factos, pelo que nas aulas se procurará debater as soluções que, por enquanto se encontram plasmadas apenas nos Anteprojetos de diplomas e que, previsivelmente, entrarão em vigor no decurso do ano letivo.

As aulas decorrerão mediante a combinação entre a exposição da matéria pelo regente e a participação dos alunos, seja na análise de casos concretos, designadamente, através do recurso à jurisprudência dos tribunais administrativos ou seja na intervenção em debates sobre temas respeitantes a aspetos específicos do programa.

Procura-se, assim, combinar uma preparação teórica de base com uma dimensão prática destinada a apurar a aplicação de conhecimentos na resolução de situações concretas.

Na avaliação, o tradicional exame escrito será substituído pela elaboração de um relatório escrito de investigação sobre um tema escolhido pelo aluno, que se espera possa constituir um exercício útil para a futura elaboração da dissertação de mestrado.

Programa

I – A jurisdição administrativa

§ 1.º O âmbito da jurisdição administrativa na Constituição da República Portuguesa e no Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais: o possível alargamento às matérias da

indemnização devida por expropriação, servidão ou restrição de utilidade pública e dos ilícitos de mera ordenação social por violação de normas de Direito Administrativo relativas a ambiente, urbanismo, ordenamento do território, património cultural e bens do Estado, previsto no Anteprojeto de ETAF.

§ 2.º A organização dos tribunais administrativos: o enquadramento constitucional e o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais

II - O processo administrativo

§ 3.º Princípios gerais

§ 4.º Pressupostos processuais gerais.

§ 5.º Valor das causas e formas de processo

§ 6.º Os meios processuais principais no Código de Processo nos Tribunais Administrativos: dualismo ou monismo das formas de processo?

6.1. A tramitação atual

6.1.1. A ação administrativa especial

6.1.1.1. Impugnação de atos administrativos

6.1.1.2. Condenação à prática de ato devido

6.1.1.3 Impugnação de normas administrativas e declaração de ilegalidade por omissão de normas administrativas

6.1.1.4 Tramitação processual

6.1.2. A ação administrativa comum

6.1.2.1. Ação de responsabilidade civil extracontratual

6.1.2.2. Ação sobre contratos

6.1.2.3. Outros pedidos que podem ser formulados no âmbito da ação administrativa comum

6.1.3. Os processos (principais) urgentes

6.1.3.1. Contencioso eleitoral

6.1.3.2. Contencioso pré-contratual

6.1.3.3. Intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões

6.1.3.4. Intimação para a proteção de direitos, liberdades e garantias

6.2. As inovações previstas no anteprojeto de CPTA

6.2.1. A unificação de todos os processos não urgentes na figura da ação administrativa

6.2.2. A influência do novo Código de Processo Civil na tramitação da ação administrativa

6.2.3. A concentração num único processo judicial, a correr num único tribunal, das múltiplas pretensões dos participantes em procedimentos de massa (concursos na Administração Pública)

6.2.4. A transposição da Diretiva Recursos e a sua influência no contencioso pré-contratual

§ 7.º Os processos cautelares

7.1. O regime atual

7.1.1. Função e espécies de processos cautelares

7.1.2. Incidentes do processo cautelar: decretamento provisório de providências e proibição de executar o ato

7.1.3. Requisitos de decretação das providências cautelares

7.1.4. Antecipação do juízo da causa principal

7.2. As alterações previstas no Anteprojeto de CPTA

7.2.1. A revogação do regime das resoluções fundamentadas

7.2.2. A possibilidade de convoção de processos de intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias em processos cautelares

§ 8.º Os recursos jurisdicionais

8.1. Espécies de recursos

8.2. Regime de interposição e tramitação dos recursos

§ 9.º O processo executivo

9.1. Características gerais

9.2. Em especial, a execução de sentenças de anulação de atos administrativos

§ 10.º A arbitragem

10.1. Matérias abrangidas e excluídas da arbitragem

10.2. Regras de funcionamento dos tribunais arbitrais e dos centros de arbitragem

Bibliografia*

Obras de carácter geral

ALMEIDA, Mário Aroso de – *Manual de Processo Administrativo*, Almedina, Coimbra, 2010.

ALMEIDA, Mário Aroso de / CADILHA, Carlos Alberto Fernandes – *Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, 3.ª edição, Coimbra, 2010.

ANDRADE, José Carlos Vieira de – *A Justiça Administrativa*, 12.ª Edição, Coimbra, 2012.

BRITO, Wladimir – *Direito Processual Administrativo*, 2.ª edição, Coimbra, 2008.

CORREIA, José Manuel Sérvulo – *Direito do Contencioso Administrativo I*, Lex, Lisboa, 2005.

SILVA, Vasco Pereira da – *O Contencioso Administrativo no Divã da Psicanálise*, 2.^a Edição, Almedina, Coimbra, 2009.

Artigos publicados sobre a reforma das leis processuais administrativas

ALMEIDA, José Mário Ferreira de – “Algumas notas sobre a aproximação do processo administrativo ao processo civil”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 102, 2013, pp. 24 e ss.

CALDEIRA, Marco – “As providências cautelares pré-contratuais no Projeto de revisão do CPTA”, in *e-Publica: Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 2, julho de 2014, in www.e-publica.pt

FERNANDEZ, Elisabeth – “O Código de Processo nos Tribunais Administrativos à luz do novo Código de Processo Civil”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 102, 2013, pp. 3 e ss.

FREITAS, Dinamene de - Unificação das formas de processo – alguns aspetos da tramitação da ação administrativa, in *e-Publica: Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 2, julho de 2014, in www.e-publica.pt

GOMES, Carla Amado – “Uma ação chamada... ação: apontamento sobre a *reductio ad unum* (?) promovida pelo anteprojecto de revisão do CPTA (e alguns outros detalhes)”, in *e-Publica: Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 2, julho de 2014, in www.e-publica.pt

MATOS, Sara Younis Augusto de – “Do âmbito da ação administrativa urgente”, in *e-Publica: Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 2, julho de 2014, in www.e-publica.pt

NEVES, Ana Fernanda - Âmbito de jurisdição e outras alterações ao ETAF, in *e-Publica: Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 2, julho de 2014, in www.e-publica.pt

*Serão indicadas, no decurso das aulas, outras obras sobre temas específicos, bem como artigos publicados em revistas da especialidade.